

BOLETIM DE FINANÇAS PÚBLICAS

Nº 07 – Novembro / 2017



Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

Antônio Sérgio Montenegro Cavalcante – Secretário adjunto

Júlio Cavalcante Neto – Secretário executivo

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

João Mário de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Cláudio André Gondim Nogueira

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Marília Rodrigues Firmiano

Boletim de Finanças Públicas – Nº 07 – Novembro/2017

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Autor(es):

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas - IPECE)

Adriana Oliveira Nogueira (Analista de Controle Interno - CGE)

Cláudio André Gondim Nogueira (Diretor da DIGEP)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

IPECE - Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N • Cambéba •
Cep 60.822-325 • Fortaleza / Ceará
Fones: (85) 3101-3496 | 3101-3521 - Fax: (85) 3101-3500

Apresentação

O Boletim de Finanças Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta, de forma sucinta, o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados.

É ainda um instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que permite um acompanhamento contínuo e pormenorizado das finanças públicas estaduais.

Para essa análise foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês considerado.

O Boletim será normalmente dividido em quatro blocos, sendo o primeiro destinado a um sumário executivo, o segundo às notas metodológicas, o terceiro à análise das receitas, e o quarto às despesas. Além dessas divisões, de acordo com a disponibilidade dos dados, a cada dois meses será adicionado um bloco com o resultado primário e, a cada quatro meses, será inserido outro bloco referente à dívida pública estadual.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

NOTAS METODOLÓGICAS, 5

RECEITAS CORRENTES, 6

DESPESAS CORRENTES E DE INVESTIMENTOS,
12

RESULTADO PRIMÁRIO, 19

ANEXO, 21

Sumário Executivo

Conforme os dados mais recentes disponíveis indicam (Tabela 1), o crescimento da Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses deve-se em boa parte a receitas não recorrentes nos meses de novembro e dezembro de 2016. Também contribuiu para esse crescimento a arrecadação de ICMS em junho e julho de 2017, que foi impulsionada pelo Refis promovido naqueles meses. Se a comparação restringir-se ao acumulado até outubro de 2017 (Tabela 2) constata-se que a RCL, de 2017, está 0,76% acima da observada em 2016, o que pode ser, também, uma decorrência da retomada, mesmo que lenta, da economia cearense (os últimos dados disponíveis mostram que, até o 3º trimestre de 2017, o PIB do Ceará apresentou um crescimento acumulado de 1,36%, interrompendo o movimento de queda registrado em 2015 e 2016).

Por outro lado constatou-se que, no acumulado de 2017, as despesas correntes do Governo do Estado cresceram 1,36%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Além desse crescimento ser um pouco superior ao observado na RCL deve-se lembrar que as receitas foram impactadas por fatores não recorrentes, como as receitas do REFIS. Dessa forma, reforça-se o alerta, que foi mencionado nos últimos boletins, da necessidade de um contínuo monitoramento da situação fiscal do Estado, especialmente no que se refere ao controle da despesa corrente.

Tabela 1: Resumo dos indicadores fiscais⁽¹⁾, valores acumulados nos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Out./2017)

Discriminação	Nov./2015 a Out./2016	Nov./2016 a Out./2017	Δ%
Receita Corrente Líquida	17.423.820	18.666.365	7,13
ICMS	9.210.258	9.455.907	2,67
FPE	4.815.077	5.531.455	14,88
IPVA	657.946	740.052	12,48
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	15.378.246	15.767.157	2,53
Despesa Total com Pessoal (DTP) ⁽²⁾	7.357.174	7.562.370	2,79
Despesa com pessoal ativo	6.073.702	6.154.340	1,33
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.981.515	2.088.928	5,42
Despesas com Terceirizações	1.434.658	1.391.080	-3,04
Juros e Amortizações	1.320.664	1.328.788	0,62
Investimentos	2.263.620	2.227.848	-1,58
Resultado Primário	-372.666	823.209	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Tabela 2: Resumo dos indicadores fiscais, valores acumulados no ano (R\$ 1.000,00 de out./2017)

Discriminação	Acumulado no Ano		Δ%
	Até Out./2016	Até Out./2017	
Receita Corrente Líquida	14.393.402	14.502.236	0,76
ICMS	7.627.885	7.856.451	3,00
FPE	3.955.367	4.130.361	4,42
IPVA	641.360	721.345	12,47
Despesa Correntes Líquidas das Transferências Constitucionais	12.156.544	12.321.343	1,36
Despesa Total com Pessoal (DTP) ⁽²⁾	5.927.179	6.009.577	1,39
Despesa com pessoal ativo	4.844.829	4.902.253	1,19
Despesa com pessoal inativo e pensionistas	1.602.423	1.697.256	5,92
Despesas com Terceirizações	1.079.791	965.317	-10,60
Juros e Amortizações	1.078.106	1.060.720	-1,61
Investimentos	1.596.827	1.609.368	0,79
Resultado Primário	596.154	417.747	-

Fonte: SEFAZ/S2GPR.

Notas:

⁽¹⁾ Na tabela são apresentadas somente as principais receitas e despesas. Portanto, as somas dos itens não são iguais aos totais.

⁽²⁾ A Despesa Total com Pessoal é inferior à soma das despesas com pessoal ativo e inativo dado que são consideradas algumas deduções em seu cálculo.

Quanto às receitas correntes do Estado, três fatos chamam atenção. O primeiro refere-se ao significativo impacto do lançamento do Refis em junho e julho de 2017, permitindo que contribuintes pudessem pagar valores em atraso de impostos com o ICMS e o IPVA. O segundo fato é o comportamento dos repasses do FPE, que têm sido sistematicamente superiores aos de 2016. Por fim, o terceiro fato, foi o significativo incremento da arrecadação com o IPVA. Quanto a isto, tem-se que, além de uma elevação das alíquotas (que entrou em vigor neste ano), destaca-se que a arrecadação desse imposto pode ter crescido, também, como decorrência da maior venda de veículos, especialmente a partir de maio (dados do IBGE mostram que, no período de maio a outubro de 2017, o comércio varejista ampliado, que inclui as vendas de veículos, apresentou expressivas taxas de crescimento em relação aos mesmos meses do ano anterior).

No que se refere às despesas correntes, continuam merecendo destaque as despesas com inativos estarem crescendo mais rápido do que a de ativos, sendo isso um possível indício de que está havendo um incremento na quantidade pedidos de aposentadoria entre os servidores do Estado.

Já no que se refere aos investimentos, considerando o acumulado até out./2017, verificou-se um crescimento real de 0,79% em relação ao mesmo período de 2016.

Finalmente, no que diz respeito ao resultado primário, embora seja inferior ao verificado em 2016 (até outubro), o valor de 2017 é positivo (R\$ 418 milhões, aproximadamente) e reflete o esforço e o comprometimento do Governo do Estado tem apresentado no controle de suas contas.

Notas Metodológicas

Nesse Boletim de Finanças Públicas pretende-se apresentar de forma sucinta o comportamento das finanças públicas cearenses dos últimos doze meses, podendo ser utilizado como uma referência na tomada de decisão tanto de agentes públicos como privados. Pretende-se ainda que ele sirva de instrumento de consulta para os cidadãos cearenses e outros interessados na situação das contas públicas do Estado do Ceará. Sua frequência é mensal, o que poderá permitir um acompanhamento pormenorizado das finanças públicas estaduais.

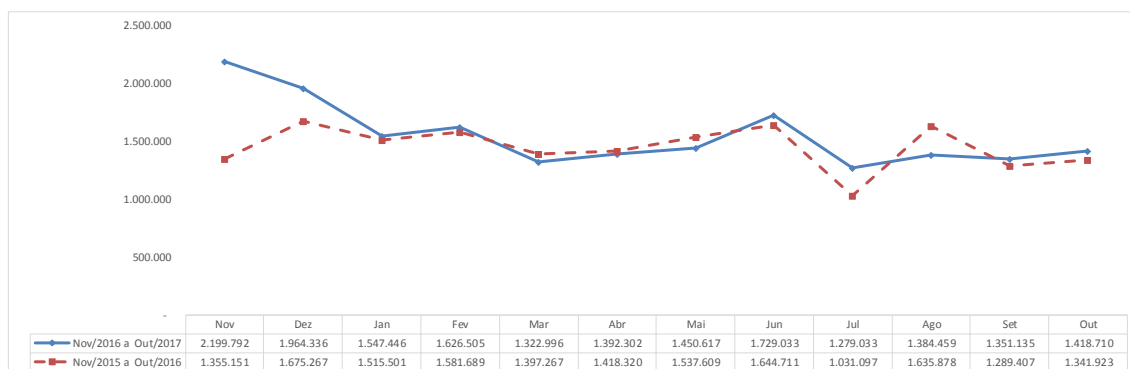
Para as análises foram utilizados dados constantes no sistema S2GPR, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), e todos os valores foram atualizados pelo IPCA do último mês da série. Para o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) e da Despesa Total com Pessoal (DTP) foi utilizado o método empregado nos relatórios fiscais da SEFAZ. Relativamente a DTP não foi considerado o gasto com pessoal via Consórcio de Saúde Pública, cujas informações não constam no sistema da S2GPR, sendo, portanto, a DTP apresentada uma aproximação daquela informada nos Relatórios de Execução Orçamentária (RREO).

Deve-se ainda observar que todos os valores apresentados nesse relatório foram atualizados a preços do último mês do período, assim deve-se alertar que eles diferem daqueles constantes nos relatórios apresentados pela SEFAZ, como os da RCL e os limites com despesa de pessoal, pois esses últimos apresentam valores correntes.

Receitas Correntes

O comportamento da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará, no período de novembro de 2016 a outubro de 2017, é apresentado na Figura 1, destacando-se também a sua trajetória no período imediatamente anterior, ou seja, no interregno iniciado em novembro de 2015 e finalizado em outubro de 2016.

Figura 1: Receita Corrente Líquida dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



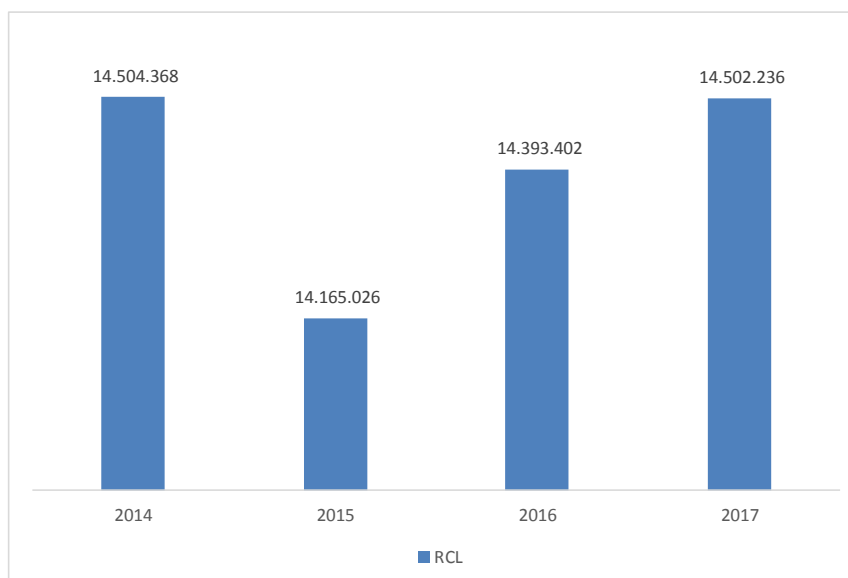
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Do período em análise pode-se constatar que a RCL, dos últimos doze meses, foi de R\$ 18,6 bilhões e, para os doze meses anteriores, foi de R\$ 17,4 bilhões, isto é, houve um incremento real de 7,1% da RCL entre os dois períodos. Na Figura 1 constatam-se dois fatos interessantes, sendo o primeiro o significativo incremento do indicador nos meses de novembro e dezembro de 2016, quando comparado ao ano anterior, e de que nos dez primeiros meses de 2017 da série a Receita Corrente Líquida, em seis são observados valores maiores que os registrados nos meses correspondentes de 2016.

O primeiro fato acima elencado é decorrente das receitas extraordinárias com a arrecadação do ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação, de Quaisquer bens ou direitos), em novembro de 2016, e o incremento do FPE (Fundo de Participação dos Estados) no final de 2016. Deve-se mencionar, ainda, que em junho e julho, após três meses seguidos, houve um incremento, relativamente a idêntico mês do ano anterior, da RCL, sendo isso, como será visto em seguida, uma consequência do incremento das receitas de ICMS e IPVA.

Já na Figura 2 é apresentado o valor acumulado das receitas correntes até outubro, sendo possível constatar que o ano de 2017 tem apresentado um volume de receitas ligeiramente superior ao verificado em 2016, isto é, a RCL acumulada de 2017 está 0,75% maior que a registrada em 2016. Se a comparação for com o ano de 2014 contata-se que a RCL, de 2017, está em nível similar a daquele ano.

Figura 2: Receita Corrente Líquida acumulada até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



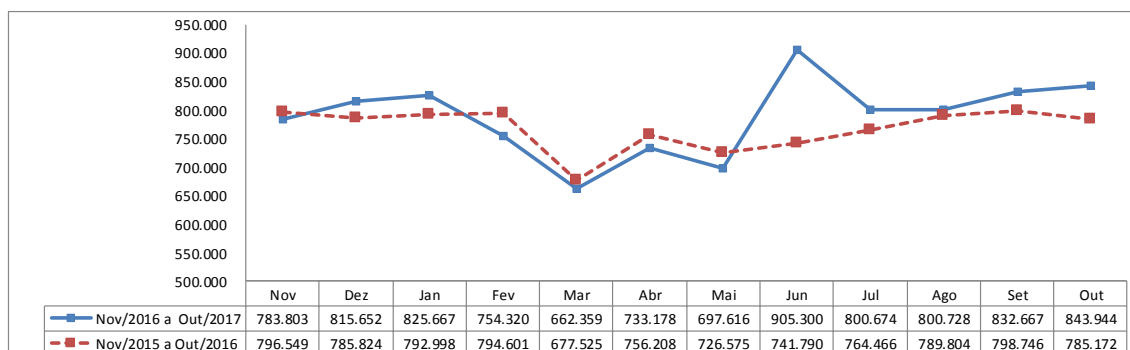
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Para o cálculo da RCL foram consideradas as receitas e as deduções acumuladas até o mês de outubro de cada ano.

A principal fonte de receita corrente do estado do Ceará é a arrecadação de ICMS que, como se pode verificar na Figura 3, em seis meses, durante o período de novembro de 2016 a outubro de 2017, apresentou receitas superiores àquelas observadas no período anterior. Nesse sentido, houve um crescimento real de 2,7% quando se comparam os dois períodos. Esse resultado foi consequência do significativo incremento da arrecadação desse imposto em junho e julho de 2017, frente a idêntico período do ano anterior. A principal explicação desse fato é o lançamento de um novo programa de refinanciamento (REFIS) de dívidas tributárias entre os meses de junho e julho de 2017.

Outro fato a ser destacado na Figura 3 é o significativo incremento da arrecadação de ICMS tanto em setembro como em outubro de 2017 (de 4,5% e 7,5%, respectivamente), quando comparados com os mesmos meses do ano anterior, o que pode estar relacionado ao processo de recuperação da economia cearense¹.

Figura 3: Arrecadação de ICMS dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Out./2017)

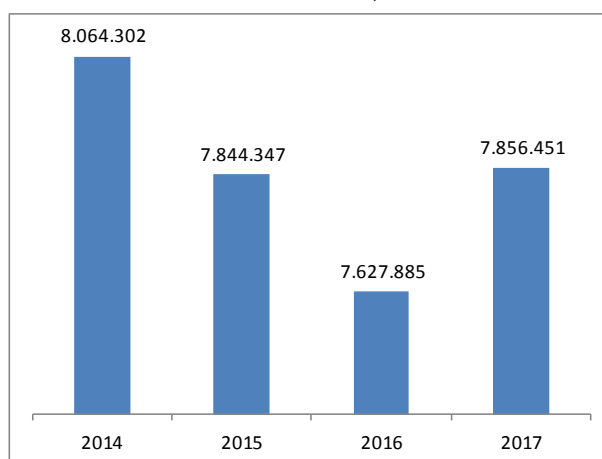


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

¹ Dados do IPECE e IBGE indicam que, até o 3º trimestre de 2017, o PIB do Ceará apresentou um crescimento acumulado de 1,36%, interrompendo o movimento de queda registrado em 2015 e 2016.

Quanto à arrecadação acumulada até outubro, cujos dados são apresentados na Figura 4, constata-se que a arrecadação de ICMS em 2017 está, em termos reais, R\$ 225 milhões acima da verificada em 2016. Esse resultado foi influenciado pelo crescimento de R\$ 163 milhões da arrecadação, no mês de junho de 2017, e de R\$ 36 milhões, em Julho de 2017, comparativamente ao verificado doze meses antes, que, como mencionado anteriormente, foi uma decorrência do REFIS. Também contribuiu para esse resultado a arrecadação em setembro e outubro de 2017, que superou em R\$ 34 milhões e R\$ 58 milhões, respectivamente, a verificada nos mesmos meses de 2016. Entretanto, verifica-se, ainda na Figura 4, que a arrecadação de ICMS em 2017 ainda está em níveis inferiores ao observado em 2014.

Figura 4: Arrecadação de ICMS acumulada até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)

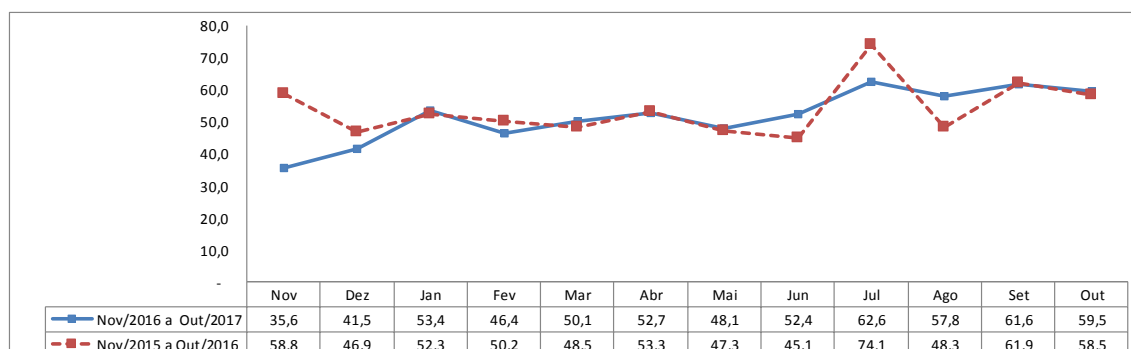


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Ademais, analisando-se a arrecadação de ICMS, mês a mês, em relação à RCL do período, pode-se verificar por meio do indicador de Independência Fiscal o grau de autonomia da principal receita própria do Estado para o financiamento de suas despesas. Esse indicador é construído de tal forma que, quanto mais próximo de 100%, melhor.

Na Figura 5 é apresentada a evolução do indicador de Independência Fiscal nos últimos doze meses, de nov./2016 a out./2017 e, também, de nov./2015 a out./2016.

Figura 5: Independência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

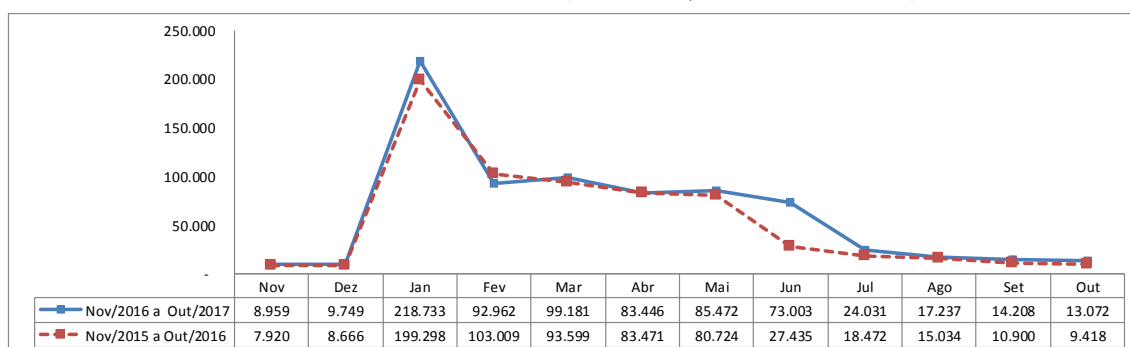
Então, comparando o resultado obtido no mês de out./2017, de 59,5%, verifica-se que apresentou quase o mesmo indicador quando comparado ao mesmo mês do ano de

2016, de 58,5%. Contudo, a partir do mês de julho os resultados estão próximos a 60%, bem acima do primeiro semestre, que estavam mais próximo de 50%, o que representa uma maior independência fiscal do Estado para o custeio de suas atividades.

Quanto à arrecadação de IPVA pode-se observar, na Figura 6, que ela, nos últimos doze meses, cresceu, em termos reais, 12,5% quando se compara ao período anterior, ou seja, a arrecadação teve um incremento de R\$ 82 milhões (a preços de out./2017) entre os dois períodos. É interessante observar que as arrecadações de janeiro, março, maio e junho de 2017 contribuíram significativamente para esse desempenho. No caso, o aumento da arrecadação do IPVA em junho de 2017 pode ser explicado tanto pelo fato de, nesse ano, ter-se possibilitado o pagamento desse imposto em cinco parcelas (fevereiro a junho) com a possibilidade dos devedores desse imposto poder negociar seus débitos com o REFIS, mencionado anteriormente.

Adicionalmente, a Figura 6 também mostra que, mesmo após o período de fevereiro a junho, em que se concentrou a arrecadação do IPVA em 2017, os valores do referido imposto foram consistentemente maiores, em termos reais, entre julho e outubro de 2017, que nos mesmos meses de 2016. Esse é mais um indício que a economia cearense está reaquecendo, pois, com a recuperação aumenta a venda de veículos o que, por sua vez, possibilita o aumento da arrecadação do IPVA².

Figura 6: Arrecadação de IPVA dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Comparando-se o desempenho até outubro, conforme a Figura 7, observa-se que a arrecadação de IPVA cresceu, em termos reais, 12,5% em 2017, *vis-à-vis* o idêntico período de 2016. Possíveis explicações para o incremento da arrecadação de IPVA são a mudança de suas alíquotas, no ano de 2015, que passaram a valer no ano de 2017³, o programa de parcelamento de débitos fiscais (REFIS) e o aumento da venda de veículos em 2017, especialmente nos últimos meses.

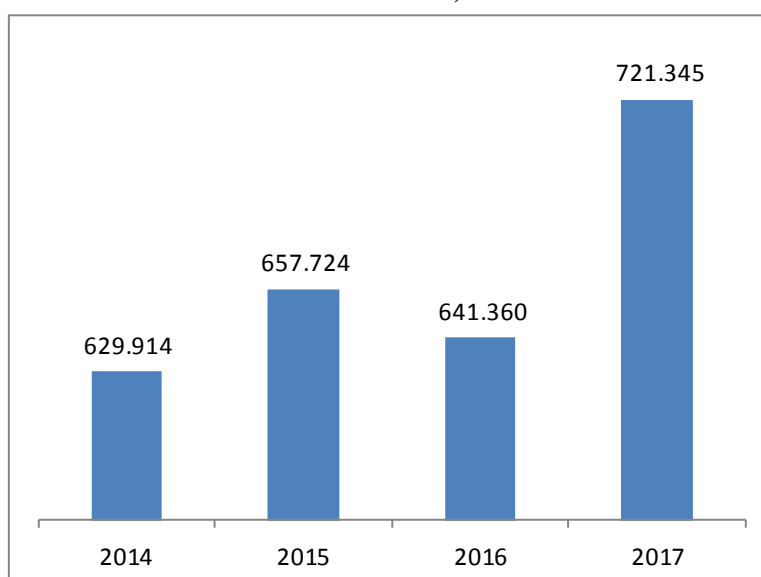
² Conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, divulgados no Farol da Economia Cearense N° 07/2017^(*), tem-se que, no período de maio a outubro de 2017, o comércio varejista ampliado (que inclui as vendas de veículos, motocicletas, partes e peças) apresentou expressivas taxas de crescimento em relação aos mesmos meses do ano anterior, de forma que no acumulado de 2017 até outubro verificou-se um crescimento de 1,13% em relação ao mesmo período em 2016, revertendo o ciclo de fortes quedas registrado nos dois anos anteriores.

(*) Disponível em:

http://www.ipece.ce.gov.br/Estudos_Gestao_Publica/Farol_Economia_Cearense/Farol_Economia_Cearense_N072017.pdf

³ Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/novas-aliquotas-do-ipva-sao-para-2017-diz-sefaz-1.1435641>

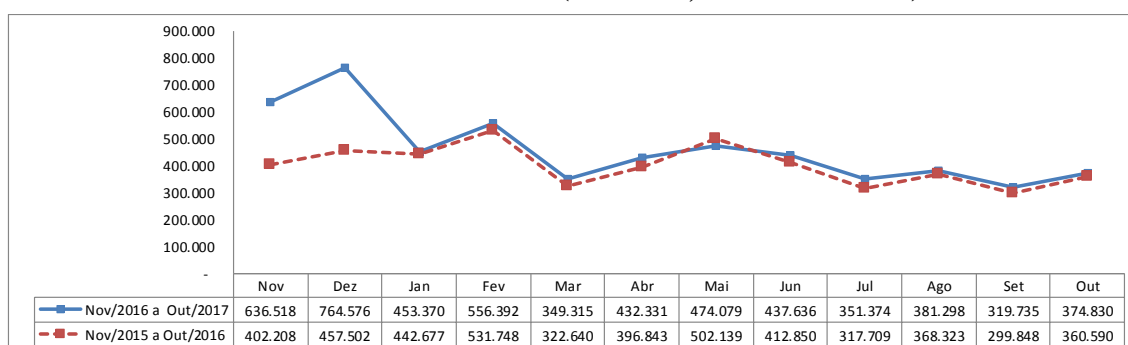
Figura 7: Arrecadação de IPVA acumulada até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A segunda maior fonte de receita corrente do estado do Ceará são os recursos transferidos pela União do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que é constituído por uma fração da arrecadação de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como se pode observar na Figura 8, os valores transferidos entre novembro de 2016 e outubro de 2017, exceto pelo mês de maio de 2017, são superiores àqueles observados em idênticos meses do período anterior. Assim, as transferências acumuladas nos últimos doze meses superam àquelas do período imediatamente anterior em 14,8%, ou seja, as transferências tiveram um incremento real superior a R\$ 716 milhões. Esse aumento é devido, principalmente, aos recursos arrecadados com a repatriação de recursos ocorridas no final de 2016, que objetivava promover a regularização de ativos mantidos no exterior por brasileiros, mas também podem indicar uma retomada da atividade econômica, tanto do Brasil como do Ceará.

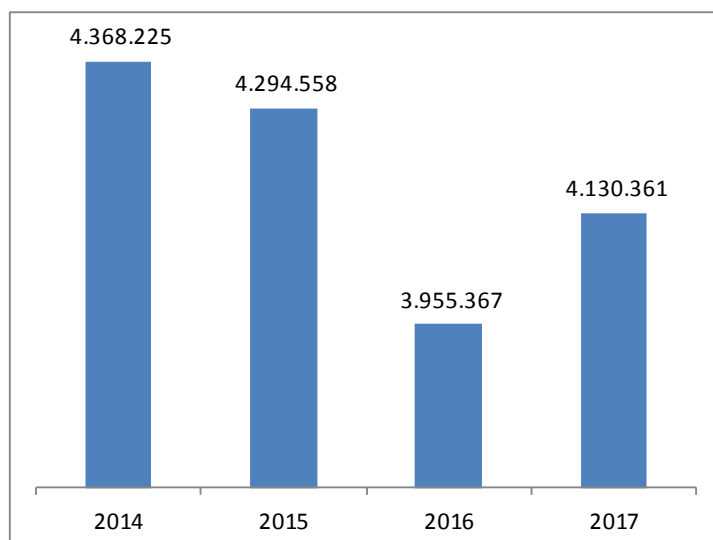
Figura 8: Receitas transferidas do FPE dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Relativamente às transferências acumuladas até outubro constata-se, via inspeção da Figura 9, que há um sensível incremento da arrecadação de 2017, quando se compara com 2016, de 4,4%. Entretanto, deve-se frisar que as transferências de 2017 ainda estão 5,4% inferiores àquelas observadas em 2014.

Figura 9: Receitas transferidas pelo FPE acumuladas até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)

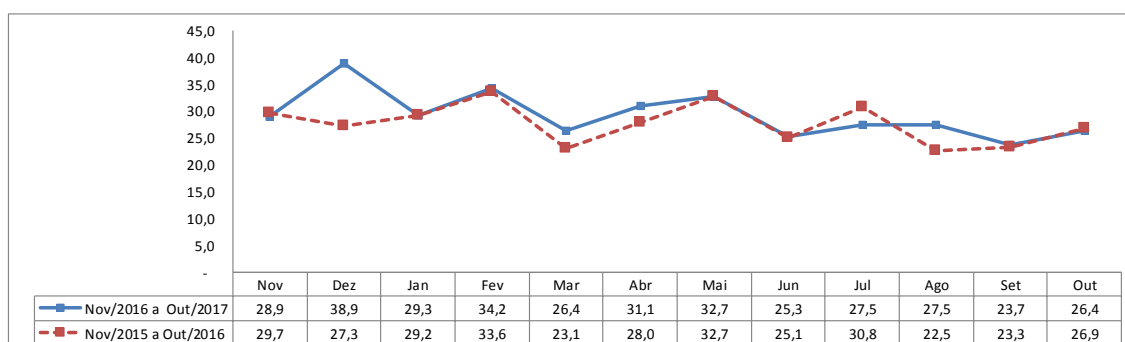


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Adicionalmente, comparando o volume de recursos transferidos através do FPE, mês a mês, em relação à RCL do período, tem-se o indicador de Dependência Fiscal para financiamento das despesas.

No caso, na Figura 10 é apresentada a evolução do indicador de Dependência Fiscal nos últimos doze meses, de nov./2016 a out./2017, assim como no período de nov./2015 a out./2016. Comparando seus resultados verifica-se certa estabilidade em torno de 30%. O indicador de outubro/2017, em particular, foi no mesmo patamar ao mesmo mês do ano anterior, contudo ficando um pouco acima do mês anterior.

Figura 10: Dependência Fiscal dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

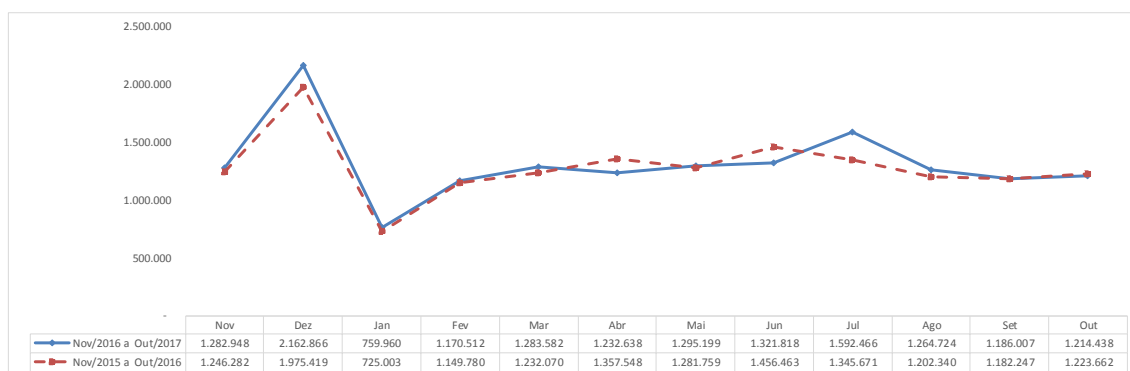
Dado o exposto anteriormente, podem ser obtidas duas conclusões sobre o comportamento das receitas correntes do Estado. A primeira é que o crescimento das receitas correntes do Estado, em 2017, deve-se, principalmente, ao desempenho da arrecadação do IPVA e dos repasses do FPE, já o incremento das receitas do ICMS, no acumulado de dos últimos doze meses, foi inferior ao verificado por essas duas fontes. A segunda conclusão é que as receitas de ICMS em junho e julho de 2017 foram impulsionadas pelo lançamento do REFIS, mas também já vêm indicando uma retomada, mesmo que ainda lenta, da economia cearense, devendo-se acompanhar o desempenho dessa fonte de arrecadação nos próximos meses.

Despesas Correntes e de Investimentos

Esta parte do Boletim de Finanças Públicas destina-se à análise das despesas do estado do Ceará, sendo, na Figura 11, apresentado o comportamento das principais despesas correntes dos últimos doze meses, de novembro de 2016 a outubro de 2017, comparativamente aos doze meses anteriores, de novembro de 2015 a outubro de 2016.

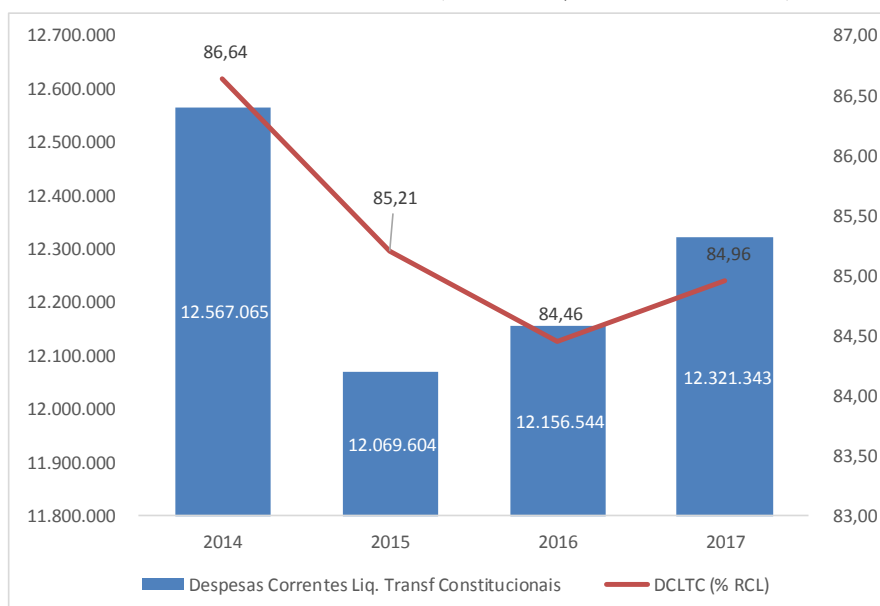
Como se pode observar na referida figura, as despesas correntes nos últimos doze meses estão acima das observadas nos doze meses anteriores (a preços de outubro/2017). De fato, as despesas correntes dos últimos doze meses registraram um incremento real de 2,5% quando comparadas ao período anterior.

Figura 11: Despesa Corrente Líquida das Transf. Constitucionais dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Figura 12: Despesa Corrente Líquida das Transferências Constitucionais acumulada até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: Um detalhamento dessas despesas é feito por meio da Tabela A.1, em anexo.

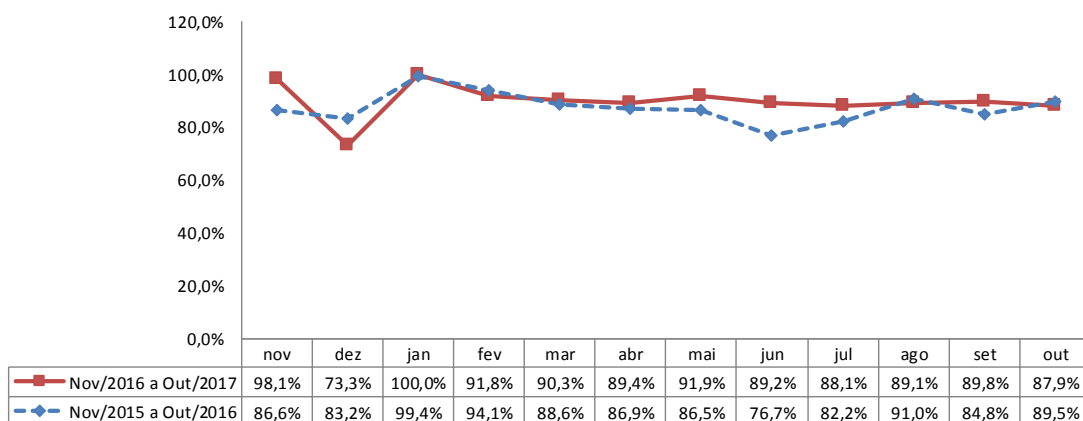
Ao se observar o acumulado até outubro de 2017, cujos dados são apresentados na Figura 12, constata-se que as despesas correntes, em 2017, estão 1,36% superiores às de 2016, mas elas ainda estão 1,96% inferiores às de 2014. Constata-se, ainda, que a

despesa corrente do Poder Executivo do Estado corresponde a aproximadamente 84,9% da RCL acumulada até outubro de 2017.

Analisa-se, também, as despesas pelo enfoque do indicador de Rigidez das Despesas como objetivo identificar a flexibilidade das despesas de custeio em relação à despesa total. Consideram-se como Despesas de Custeio os gastos com pessoal, o serviço da dívida (juros, encargos financeiros e amortizações) e outras despesas correntes. Quanto mais esse indicador se aproximar de 100%, mais preocupante será, pois, demonstra uma menor flexibilidade fiscal.

Na Figura 13 é apresentada a evolução do indicador de Rigidez das Despesas nos últimos doze meses, de nov./2016 a out./2017 e ainda para o período de nov./2015 a out./2016. Comparando os resultados, verifica-se que em muitos meses esse indicador situou-se acima de 90%, principalmente no início de 2017. Porém, pode-se destacar que nos últimos cinco meses esse indicador está abaixo de 90%, que pode ser reflexo nas medidas de redução de gastos e melhoria no planejamento do Governo.

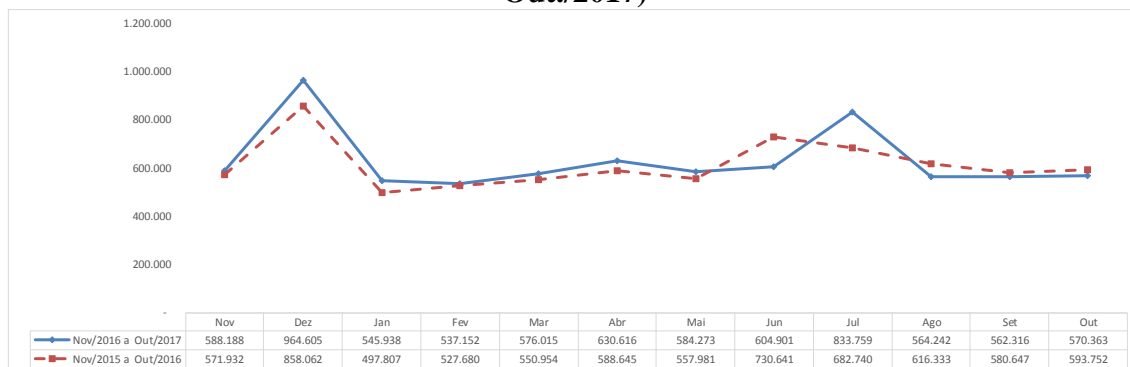
Figura 13: Rigidez das Despesas dos últimos doze meses e do período imediatamente anterior (%)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

A principal despesa corrente do estado do Ceará é o gasto com pessoal, cujas informações são apresentadas na Figura 14.

Figura 14: Despesa Total com Pessoal dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

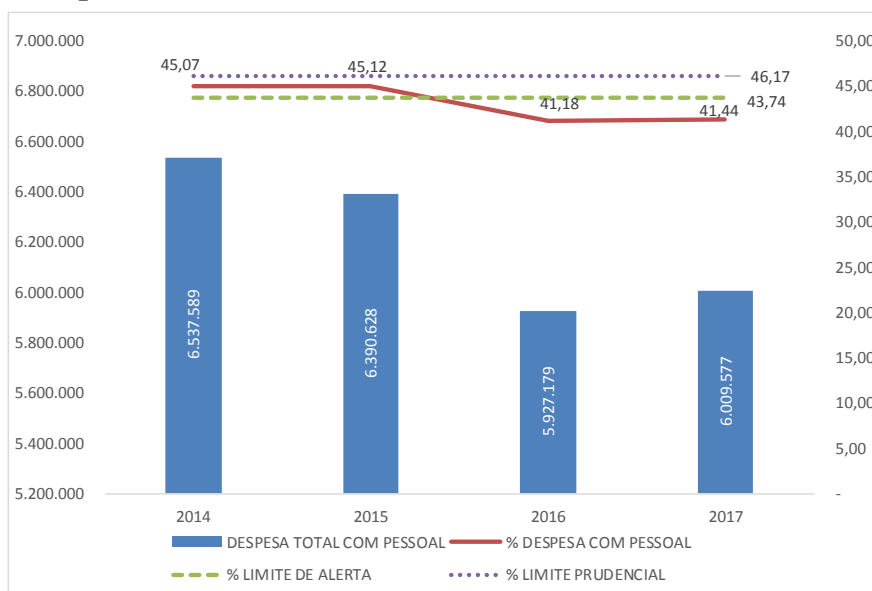
Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

No caso, essas despesas totalizaram, nos últimos doze meses, R\$ 7,56 bilhões (a preços de out./2017), valor 2,8% superior ao observado nos doze meses anteriores. Nesse sentido, vale ressaltar que, em agosto, setembro e outubro de 2017, a despesa com pessoal ficou abaixo da observada nos mesmos meses do ano anterior.

Relativamente aos limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos últimos doze meses, a Despesa Total com Pessoal (DTP) representou 40,51% da RCL, valor bem inferior ao limite de alerta (43,74% da RCL). No período imediatamente anterior o indicador representava 42,22% da RCL. Deve-se considerar que as receitas não recorrentes, no final de 2016, contribuíram para essa significativa redução da razão entre a DTP e a RCL⁴.

Quanto às despesas com pessoal acumuladas até outubro, observa-se, na Figura 15, que em 2017 elas estão 1,4% superiores, em termos reais, às verificadas em 2016. Entretanto, elas ainda estão 8,1% abaixo daquelas verificadas em 2014. Considerando-se o nível de comprometimento da despesa com pessoal, relativamente à RCL, contata-se que elas estão relativamente abaixo do nível de alerta da LRF.

Figura 15: Despesa com Pessoal acumulada até Outubro (R\$1.000,00 de Out./2017)



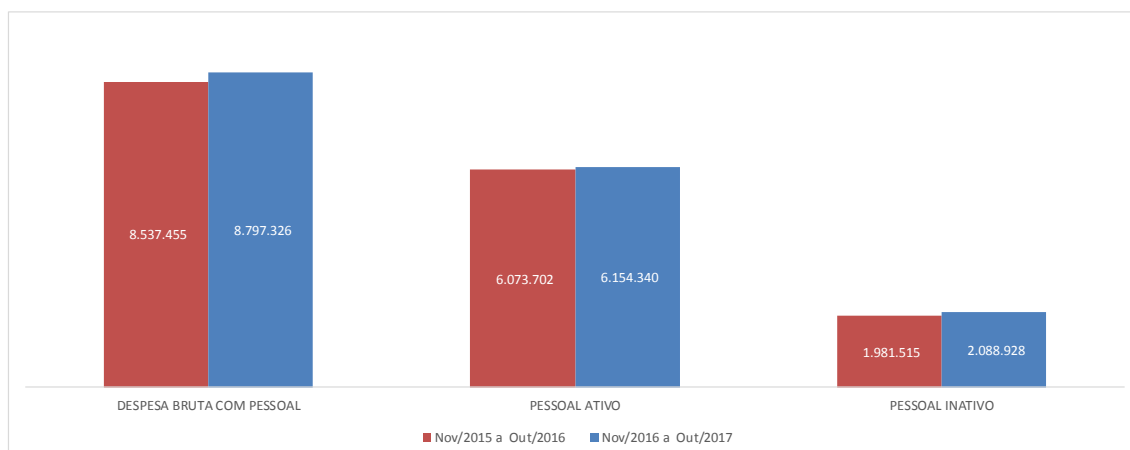
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Obs.: As despesas de pessoal pagas por Consórcio de Saúde Pública não foram consideradas nesse relatório, dado que elas não constam no sistema S2GPR.

Quanto à despesa com pessoal, deve-se observar que seus dois principais componentes são a despesa com pessoal ativo e inativo que, conforme se pode verificar na Figura 16, apresentam comportamentos distintos. Nesse sentido, observa-se que enquanto a despesa com pessoal ativo apresentou um incremento de 1,3%, as despesas com pessoal inativo cresceram 5,42%, quando se comparam os últimos doze meses com o período imediatamente anterior.

⁴ Deve-se lembrar, mais uma vez, que esses valores diferem daqueles reportados no RREO divulgado pela SEFAZ devido os valores utilizados nesse boletim estarem a preços constantes.

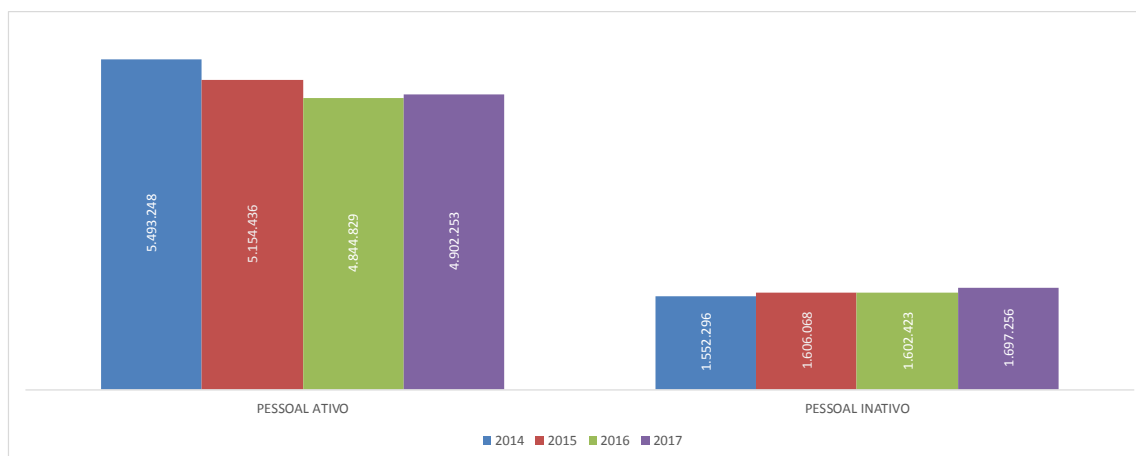
Figura 16: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

É interessante ressaltar que há uma tendência de queda do gasto com pessoal ativo, quando se comparam as despesas de cada ano acumuladas até outubro, nos últimos quatro anos, ou seja, a despesa com ativos caiu 10,7%, entre 2014 e 2017, enquanto a despesa com pessoal inativo, apesar de um ligeiro decréscimo em 2016, aumentou em 9,3% (ver a Figura 17). Dado o maior crescimento do gasto com pessoal inativo, torna-se necessário um constante monitoramento da evolução dessa despesa visando adotar medidas que garantam a sustentabilidade da previdência estadual.

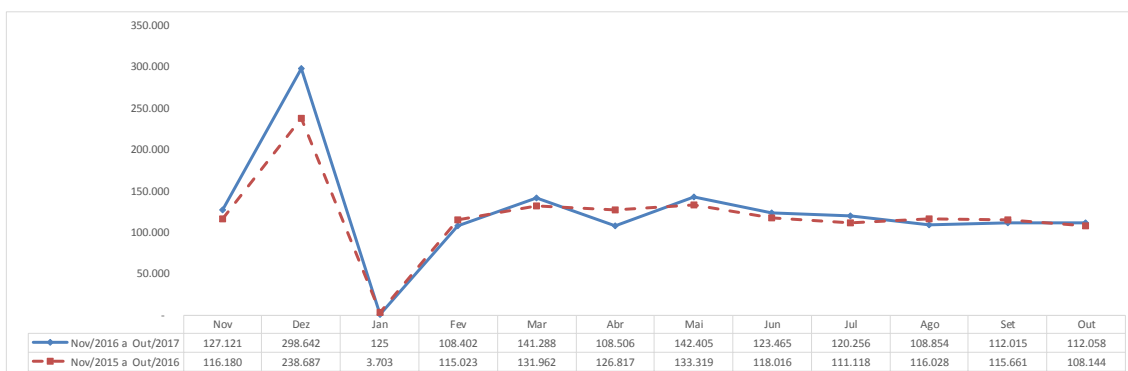
Figura 17: Despesa com Pessoal Ativo e Inativo acumulada até outubro (R\$ 1.000,00 de out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Outra importante despesa corrente do Governo do Estado do Ceará refere-se à locação de mão de obra que, nos últimos doze meses, de acordo com a Figura 18, alcançou a cifra de R\$ 1,50 bilhão, valor este 4,8% superior ao verificado nos doze meses anteriores. Destaque-se que esse valor equivale a 8,1% da RCL do período, nos doze meses anteriores esse comprometimento foi de 8,2%.

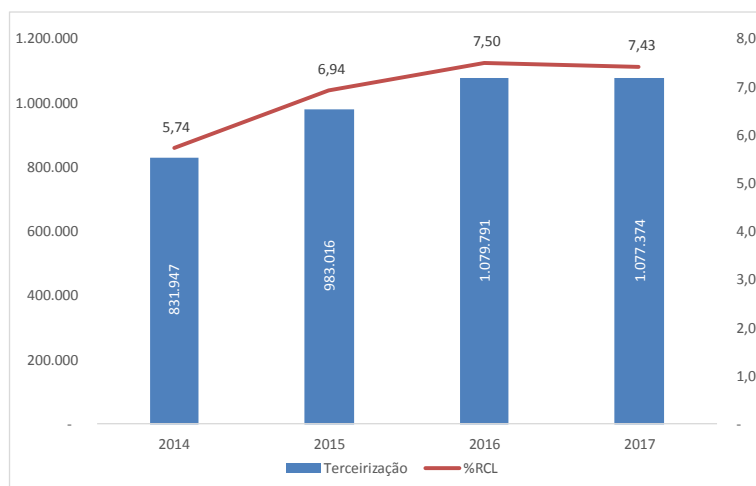
Figura 18: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Quando a comparação é entre os valores acumulados até outubro, conforme os dados apresentados na Figura 19, constata-se que as despesas com locação de mão-de-obra cresceram 29,5% entre os anos de 2014 e 2017, tendo, em 2014, representado 5,74% da RCL e, em 2017, 7,4% da RCL.

Figura 19: Despesa com Locação de Mão-de-obra e Serviços acumulada até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O Governo do Estado do Ceará, nos últimos doze meses, pagou a título de juros e amortizações de sua dívida um total de R\$ 1,33 bilhão (a preços de outubro de 2017), o que representou 7,1% da RCL do período. Esse montante foi 0,62% superior ao observado nos doze meses anteriores, quando foi pago R\$ 1,32 bilhão, comprometendo 7,6% da RCL. O limite com essa despesa foi estabelecido pela Resolução 43/2001 do Senado Federal, e não pode exceder 11,5% da RCL.

Figura 20: Despesas com Juros e Amortizações (R\$ 1.000,00 de Out./2017)

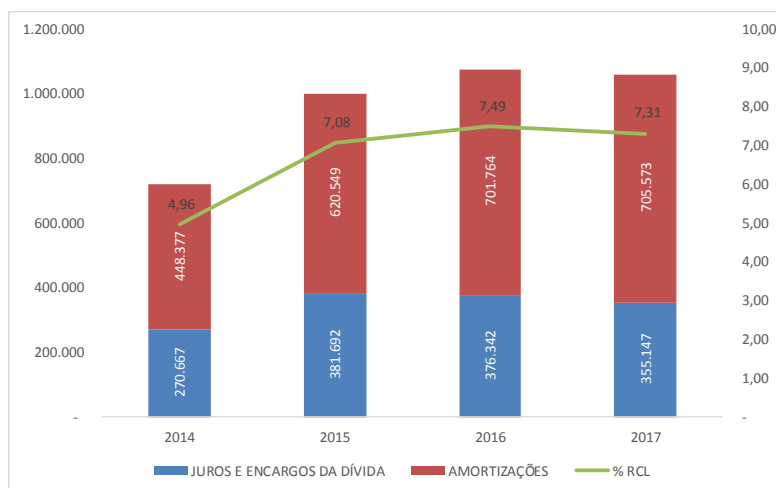


Fonte: S2GPR/SEFAZ.

No acumulado de janeiro a outubro, constata-se, como pode ser visto na Figura 21, que a despesa com pagamento de Juros e Amortizações apresentou um padrão de crescimento entre os anos 2014 e 2016, havendo um declínio nos pagamentos dessas rubricas em 2017. Essas despesas representaram 4,96%, em 2014, e 7,31%, em 2017, da RCL acumulada no período, portanto, significativamente abaixo do limite de 11,5%.

A redução no pagamento de juros e amortizações em 2017 pode estar relacionada à variação cambial do período, dado que parte da dívida pública estadual foi contratada com entidades estrangeiras e, também, às reduções que a taxa Selic vêm apresentando nos últimos meses⁵.

Figura 21: Despesa com Juros e Amortizações acumuladas até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



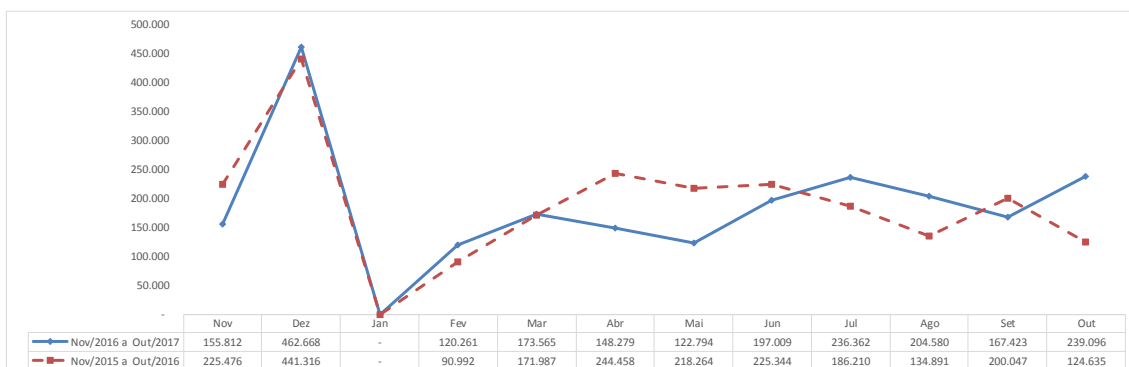
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

O comportamento, nos últimos doze meses, do último gasto analisado nesse Boletim, a despesa de investimento, que é uma despesa de capital, é apresentada na Figura 22. Como é possível apurar na referida figura, os investimentos dos últimos doze meses foram inferiores aos dos doze meses anteriores, representando uma redução de R\$ 35,7 milhões, ou 1,6% a menos, em termos reais, do que fora investido no período imediatamente anterior. Apesar desse comportamento, pode-se destacar que nos últimos

⁵ Ver o Farol da Economia Cearense Nº 07/2017, p. 7.

quatro meses da série, julho a outubro de 2017, os investimentos foram 31,2% maiores que o verificado nesses mesmos meses do ano anterior.

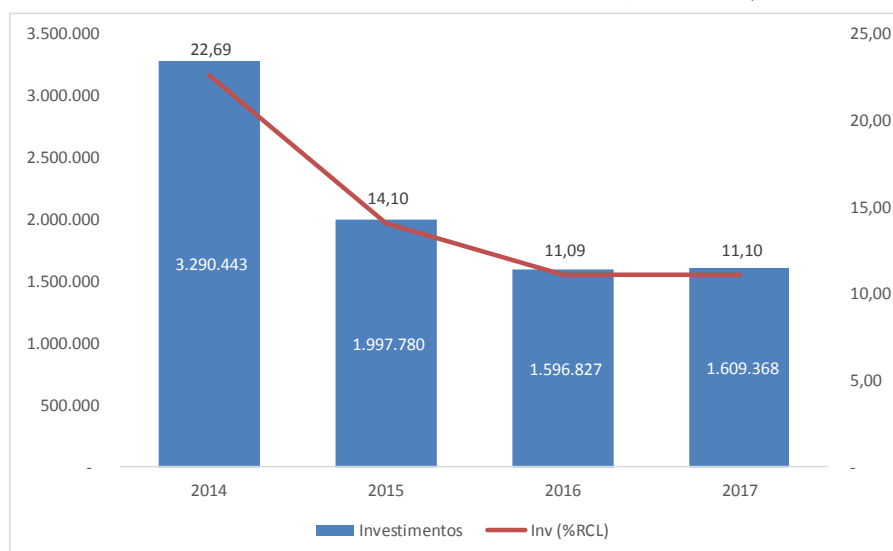
Figura 22: Investimentos dos últimos doze meses (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Se a análise se detiver nos dez primeiros meses de cada ano, conforme a Figura 23, observa-se que os investimentos do estado do Ceará acumulados em 2017 estão em um nível similar ao de 2016 e inferior ao de 2014 e 2015. Constata-se, ainda, que as despesas com investimentos, até outubro de 2017, representaram 11,1% da RCL acumulada no ano. Esse nível é significativamente inferior ao verificado em 2014 (22,69% da RCL).

Figura 23: Investimentos acumulados até outubro (R\$ 1.000,00 de Out./2017)



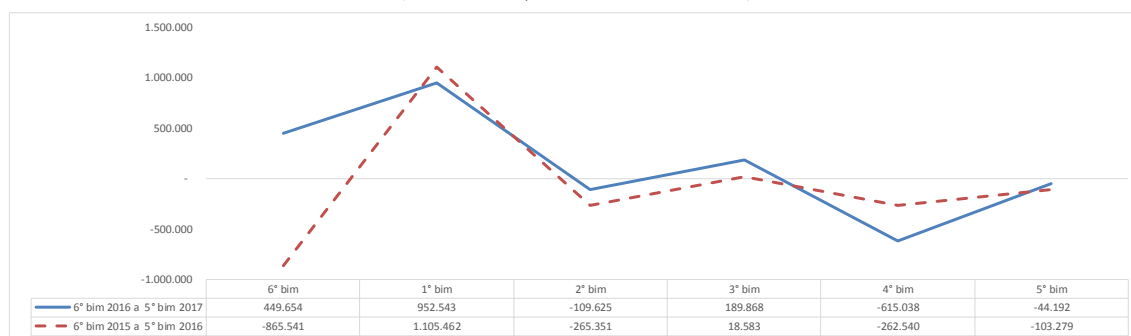
Fonte: S2GPR/SEFAZ.

Resultado Primário

Devido à disponibilidade de dados, este bloco do boletim destina-se à análise do resultado primário do Estado, tendo-se utilizado para esse fim os dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) divulgados pela SEFAZ. Nesse sentido, optou-se por considerar o resultado sem as deduções autorizadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), dado que ao considerá-las pode-se concluir que a dívida pública estadual está caindo⁶, se for reportado um *superávit* primário no RREO, e, quando se analisa a dívida pública constatar o seu aumento no mesmo período⁷.

Assim, na Figura 24, são apresentados os valores dos resultados primário dos últimos seis bimestres, sendo possível constatar que entre o 6º bimestre de 2016 e o 5º bimestre de 2017 foi registrado *superávit* primário em três bimestres. Já nos seis bimestres anteriores só foi registrado *superávit* em dois bimestres. No acumulado dos seis bimestres registrou-se um superávit de R\$ 823,2 milhões, até 5º bimestre de 2017, enquanto nos seis bimestres anteriores foi registrado um déficit de R\$ 372,6 milhões.

**Figura 24: Resultado Primário dos seis últimos bimestres
(R\$ 1.000,00 de Out./2017)**



Fonte: SEFAZ.

Quanto ao resultado primário acumulado nos quatro primeiros bimestres até outubro de 2017 constata-se que o superávit observado em 2017 está abaixo do verificado em 2016 (ver a Figura 25). Contudo, esse valor é superior aos resultados primários acumulados até o quinto bimestre, tanto em 2015 como em 2014. Quanto ao resultado de 2017,

⁶ Como pode ser observado na Tabela abaixo o resultado primário de 2014 foi um superávit de R\$ 606 milhões, sem as deduções o resultado seria um déficit de \$1.773 milhões, porém a dívida teve um incremento de R\$ 2.249 milhões entre 2013 e 2014. Como pode-se observar a variação da dívida entre 2013 e 2014 não é compatível com o superávit primário reportado no RREO do 6º bimestre de 2014. É interessante observar que esse mesmo argumento é válido para o ano de 2015.

Resultado primário com e sem deduções previstas (R\$ 1.000,00 de abr./2017)

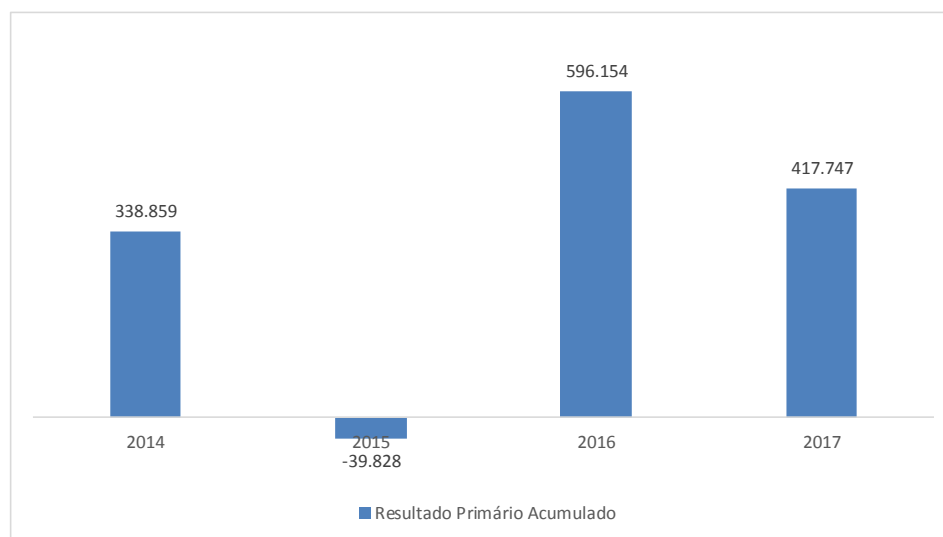
Ano	Resultado	Resultado sem Deduções	Dívida
2013	-	-	4.987.278,04
2014	606.263,97	-1.773.140,67	7.236.943,40
2015	571.447,54	-1.247.480,44	10.068.966,41
2016	1.882.802,54	932.331,69	7.861.486,99

Fonte: SEFAZ

⁷ Além disso, a adoção das deduções inviabiliza análises comparativas com períodos em que elas não foram adotadas.

deve-se frisar que ele está um pouco inferior à meta estabelecida para o ano que é de R\$ 460,2 milhões (ver o RREO do 4º bimestre de 2017).

**Figura 25: Resultado Primário acumulado até o quinto bimestre
(R\$ 1.000,00 de Out./2017)**



Fonte: SEFAZ.

ANEXO

Tabela A.1: Demonstrativo simplificado das principais despesas correntes do Governo do Estado Acumulado até outubro (R\$ 1.000,00 Out./2017)

Descrição	2015	2016	2017	Δ% 2017/2015	Δ% 2017/2016
Pessoal e encargos sociais	7.669.207,10	7.306.608,48	7.466.941,34	-2,64	2,19
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.105.133,31	2.858.569,73	2.917.940,22	-6,03	2,08
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal militar	972.625,51	951.792,71	932.719,32	-4,10	-2,00
Aposentadorias do RPPS, reserva remunerada e reformas dos militares	1.841.887,67	1.820.827,35	1.917.958,41	4,13	5,33
Demais despesas com pessoal	1.749.560,61	1.675.418,69	1.698.323,40	-2,93	1,37
Juros e encargos da dívida	381.692,15	376.342,06	355.146,68	-6,95	-5,63
Outras despesas correntes liq. das transf. Constitucionais	4.018.705,13	4.473.593,46	4.499.255,38	11,96	0,57
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.444.003,78	1.425.456,87	1.554.526,76	7,65	9,05
Transferências a Organizações Sociais - Contrato de Gestão	549.284,07	609.765,43	624.969,89	13,78	2,49
Fornecimento de Alimentação	86.285,01	99.993,12	121.685,85	41,03	21,69
Serviços Técnicos Profissionais	70.607,96	96.979,13	117.198,87	65,99	20,85
Demais	737.826,74	618.719,19	690.672,14	-6,39	11,63
Contribuições	466.811,32	628.228,70	588.968,66	26,17	-6,25
Transferência a Fundo Municipal de Saúde	181.652,63	206.851,53	204.164,71	12,39	-1,30
Transferência de Superávit Financeiro	55.442,97	201.187,42	163.953,08	195,71	-18,51
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – Convênios	99.901,02	112.688,23	114.203,61	14,32	1,34
Demais	129.814,70	107.501,51	106.647,27	-17,85	-0,79
Locação de mão-de-obra	487.069,84	522.539,30	531.849,87	9,19	1,78
Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	269.783,73	317.992,02	335.747,45	24,45	5,58
Segurança e Vigilância	88.860,57	99.591,18	107.413,43	20,88	7,85
Locação de Mão-de-obra em Tecnologia da Informação	54.366,96	61.797,82	61.835,02	13,74	0,06
Demais	74.058,59	43.158,27	26.853,96	-63,74	-37,78
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	326.659,36	360.350,35	402.397,51	23,19	11,67
Material de consumo	304.111,37	326.528,72	371.209,53	22,06	13,68
Gêneros de Alimentação	70.981,84	71.411,99	89.886,08	26,63	25,87
Material Hospitalar	44.463,75	59.694,28	69.742,45	56,85	16,83
Material Farmacológico	36.057,54	59.524,53	55.882,61	54,98	-6,12
Material Laboratorial	29.195,64	32.142,51	34.952,69	19,72	8,74
Demais	123.412,61	103.755,41	120.745,70	-2,16	16,38
Despesas de exercícios anteriores	158.026,42	185.787,91	142.777,01	-9,65	-23,15
Demais	832.023,04	1.024.701,62	907.526,04	9,07	-11,44
TOTAL	12.069.604,38	12.156.544,00	12.321.343,40	2,09	1,36

Fonte: S2GPR/SEFAZ.